

Mordomia perde pouso em sua cidade-símbolo

Ao completar 30 anos, Brasília, o símbolo nacional da mordomia, é atingida em cheio pela onda de austeridade imposta pelo novo governo. Os funcionários da União já perderam seus apartamentos funcionais e, os mais graduados, carros e outras tantas vantagens. Agora, os servidores do governo municipal também serão desalojados das casas e apartamentos que ocupavam sem pagar.

Pressionado pela atitude do presidente da República e por iniciativas de deputados da oposição, o governador do Distrito Federal, Vanderlei Valim, mandará na semana que vem para o Senado — que funciona como uma espécie de Câmara Municipal de Brasília — um projeto determinando a venda dos 600 imóveis funcionais da cidade. Vanderlei assinou ontem um decreto determinando que 200 carros oficiais sejam levados a leilão em 60 dias.

Só de mansões no Lago Sul, o governo local dispõe de 17 para alojar seu primeiro escalão, sete casas a mais do que as ocupadas por ministros até o governo anterior. Os funcionários menos graduados têm à sua disposição 70 casas de apartamentos no Lago Norte e na Asa Norte, mais 200 apartamentos de quatro quartos no Plano Piloto e mais de 300 outros imóveis menores espalhados pelo Plano e cidades satélites.

Se quisesse, o governador Valim já poderia vender todos eles (só as casas no Lago Sul estão avaliadas em cerca de 400 mil dólares, ou Cr\$ 28 milhões, cada uma) daqui a 90 dias, mas preferiu ele mesmo ficar com os dividendos políticos de uma iniciativa como essa: há dois dias decidiu vetar um projeto, já aprovado pelo Senado, do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que determinava a venda de todos os imóveis no prazo de 90 dias.

No projeto do deputado, têm preferência de compra os funcionários que ocupavam a residência se nela estivessem há cinco anos consecutivos. O que Vanderlei enviará ao Senado é como o do governo federal: apenas dá preferência para a compra aos ocupantes atuais do imóvel. — Com isso, ele pretende favorecer os nomeados por ele e pelo governador Joaquim Roriz e fazer de cada imóvel um comitê eleitoral — acusa Augusto Carvalho.